

# A CAPITAL

Director: DAVID MOURÃO-FERREIRA

PROPRIEDADE: S.G.C. - SOCIEDADE GRÁFICA DE «A CAPITAL» - R. JOAQUIM ANTÓNIO DE AGUIAR, 66 - LISBOA-1 \* TELEFS. 688125/6/7 \* END. TELEG. ACAPITAL \* TELEX 12386

## A CRISE ACTUAL E O PODER POLÍTICO

\* Um artigo de César Oliveira

A situação política no nosso País e as perspectivas que se abrem às diversas forças em presença constituem os temas abordados pelo historiador César de Oliveira num artigo em que defende o reforço da intervenção revolucionária do M. F. A.

(PÁGINA 5)

# CONSELHO DA REVOLUÇÃO DECIDE FORMAR NOVO GOVERNO

A decisão de formar um novo Governo, sobre a qual se especulava há já alguns dias, é revelada num comunicado do Conselho da Revolução divulgado no final da sessão que começou ontem às 16 horas e terminou pelas 6 horas da madrugada de hoje. Nesse comunicado anuncia-se designadamente que os funcionários da extinta D. G. S. vão ser julgados e condenados em Tribunal Militar, que a Assembleia do M. F. A., prevista para amanhã, foi adiada de uma semana, e faz-se um apelo à serenidade do povo português.

É o seguinte o texto do comunicado:

«Na reunião de 17 de Julho de 1975 foi, pelo major Melo Antunes, feito ao C. R. um relato verbal das diligências efectuadas na sua viagem a Angola, tendo sido aprovado pelo C. R. a actuação correcta das nossas forças durante os últimos incidentes em Luanda.

O C. R. aprovou para publicação um decreto-lei segundo o qual serão julgados e condenados em Tribunal Militar os funcionários da extinta D. G. S. bem como os seus superiores responsáveis, colaboradores e utilizadores.

Foi ainda resolvido adiar uma semana, em princípio, a reunião extraordinária da assembleia do M. F. A. prevista para 18 de Julho de 1975.

O C. R. tomou conhecimento de que os ministros do P. P. D. apresentaram a sua demissão do Governo, após a resposta que lhes foi fornecida, às questões por eles anteriormente apresentadas.

O C. R. analisou a actual situação de crise política que está a procurar superar através da formação de um novo Governo. Consciente da delicadeza da actual situação, o C. R. apela para a serenidade e civismo do povo português no sentido de contribuir para a manutenção de um clima de tranquilidade, favorável à solução dos problemas complexos que se põem neste momento à revolução portuguesa.»

## POVO REFORÇA PODER POPULAR



O povo veio ontem para as ruas de Lisboa manifestar com entusiasmo a sua adesão e apoio às medidas preconizadas na Assembleia do M. F. A. de 8 de Julho, de que ressalta a institucionalização do Poder Popular para o avanço da Revolução em curso

(PÁGINA 2)

# SECRETÁRIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA JUSTIFICA DEMISSÃO BATALHA DA ECONOMIA EXIGE DECISÕES REVOLUCIONÁRIAS

«A indústria não está bem nem mal entregue. O problema simplesmente não é esse. A indústria "segura-se" no dia em que se segurar a economia e nesse dia "segura-se" o próprio processo revolucionário. Ora isso só é possível fazer-se politicamente, ao mais alto nível político, ao nível do M. F. A. Só é possível fazer-se com uma clara afirmação de isenção revolucionária», afirma o eng.º João Martins Pereira, secretário de Estado da Indústria e Tecnologia, no texto em que pede a demissão do cargo ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro.

O documento constitui uma análise da actual situação política portuguesa, situando de forma política as grandes opções da Revolução no momento em que se dão passos importantes no reforço da iniciativa e poder popular.

É o seguinte o texto apresentado por João Martins Pereira: «Sair do Governo poucos dias depois de o ter feito o Par-

tido Socialista apresenta o risco evidente de se ver associado nas suas motivações com essa organização partidária.

«Sair do Governo, sendo um dos responsáveis por importante sector da actividade económica — a indústria —, no momento em que é grave a situação económica e em que tanto se fala de batalha da economia, implica também o risco de ser acusado de deserção, de "abandonar o barco" individualmente quando ele se começa a afundar.

«Sair do Governo — sendo mais ou menos conhecido como defensor de um socialismo fortemente descentralizado e de uma via para ele em que, desde já, se acentue o efectivo poder de controlo pelos trabalhadores a vários níveis — no momento em que o M. F. A. aprova um "documento-guia" sobre poder popular que vai no mesmo sentido, parece pelo menos incoerente e pode levantar suspeitas quanto à sinceridade das convicções anteriormente exibidas.

«Sair do Governo no momento em que alguns parecem interessados, por estratégias obscuras, em descobrir divergências insanáveis dentro do próprio Ministério da Indústria, que não têm o mínimo fundamento, é correr o risco de que esses mesmos se aproveitem disso em seu favor.

«Pois bem, sair do Governo nestas condições, quando se está consciente de que se poderá ser objecto de tais acusações e especulações, significa que se tem a coragem política (coisa que tanto tem faltado entre nós!) de tomar, num momento particularmente desfavorável, uma decisão que se está igualmente consciente de não poder adiar mais. E que o único e último serviço que ainda se poderá prestar é precisamente o de explicar publicamente e sem rodeios os porquês profundos deste aparente suicídio político.

«A este pequeno luxo se podem dar aqueles que, não recebendo ordens de quaisquer grupos ou partidos, mantêm o privilégio (e a vulnerabilidade, também) de pensar pela sua própria cabeça.

### Actuação dos partidos

«Foi só a partir do 28 de Setembro, mas sobretudo com o dobrar do ano e a questão da unicidade sindical, que se começaram a definir os contornos de uma «questão partidária» que desde então não cessou de se agravar.

«Refiro-me é claro, aos conflitos surgidos entre o Partido

(Continua na página 3)



# A DEMISSÃO DE MARTINS PEREIRA

## «SEGURAR» A ECONOMIA COM ISENÇÃO REVOLUCIONÁRIA

(Continuação da página 1)

Socialista e o Partido Comunista, que vieram sucessivamente a polarizar-se sobre determinados problemas concretos: eleições, 1.º de Maio, Informação, etc.

«Seria demasiado simplista, e isso tem sido feito, dizer que um dos partidos se «insere no processo revolucionário» e o outro não — ainda que se tenha o cuidado de distinguir no segundo, o partido socialista, as bases das cúpulas. Até se pode admitir que isso fosse correcto, em primeira aproximação, só que é insuficiente para resolver as questões fundamentais, que têm mais a ver com classes do que com partidos. Ora a clivagem entre os dois partidos está longe de corresponder à de duas hipotéticas classes sociais que irredutivelmente se degladiam: há operários e trabalhadores de diversos sectores, há pequena e até média burguesia em ambos os partidos, mesmo que as proporções respectivas sejam distintas. Daí que o «drama» histórico da revolução portuguesa esteja no facto de que o bloco social mobilizável por um projecto revolucionário de socialismo fortemente participado não se possa confundir rigorosamente com as massas mobilizáveis por qualquer dos partidos (como tudo seria mais fácil em tal caso!). Esta divisão partidária responde a um corte vertical que separa os que julgam reconhecer-se num tal «socialismo em liberdade» propositadamente indefinido, (ou que dele se pretendem aproveitar), e que não é mais do que uma impossível miragem do sistema que conhecem as ricas sociais-democracias europeias, dos que sumariamente se reconhecem num «partido dos trabalhadores» cuja organização, disciplina e segurança lhes prometem uma nova ordem socialista, de modelo igualmente conhecido dos «iniciados», sendo para os outros um mito com enorme força mobilizadora. Sucede assim que as massas de apoio destes dois partidos se encontram polarizadas por dois projectos políticos não só inconciliáveis como, provavelmente, ambos inviáveis (o primeiro, pelo menos, sem margem a dúvidas).»

### Projecto político

«Ora o tal bloco social antes referido teria que passar por um corte horizontal que unisse uma larga maioria das massas trabalhadoras e certas fracções da pequena e média burguesia (como forças de apoio indispensáveis) em torno de um projecto político viável e claramente acessível, que com nenhum dos anteriores pudesse ser confundido. Mas reconhecer isto é reconhecer várias outras coisas que daí derivam. Em primeiro lugar, que tal projecto político, condição necessária do avanço seguro do processo revolucionário, não pode ser obra de qualquer «coligação partidária» através da qual se dá apenas uma justaposição (confusão) de projectos incompatíveis. Segundo, e em consequência, que só uma força política acima dos partidos poderia definir tal projecto, impô-lo e discipliná-lo. E terceiro, talvez o mais importante, que é indispensável tomar enfim consciência do mito «POVO/M. F. A.», e compreender que nenhuma revolução se fez com todo o povo: há que ganhar ao processo revolucionário a maioria do povo (sabe-se o que deram revoluções apoiadas em escassas minorias), mas há também que assumir o facto de que se terá uma parte do povo contra o processo. Aqui se põe de novo, em termos de «POVO», a questão do bloco social revolucionário.

«Mas convém esclarecer: ao falar de «projecto político» não estou a referir-me a qualquer elaboração teórica a priori, mas ao exercício de uma prática coerente em que a clara distinção dos projectos partidários desse, no quotidiano, os graduais elementos de uma «teorização» cada vez mais estruturada e possível. Uma autoridade política assim fundamentada consolidar-se-ia por si mesmo, seria incontestável.

«Isto é facilmente compreensível se olharmos à prática partidária: nenhum partido formulou com precisão o seu «projecto político», mas as respectivas práticas são suficientes para que eles se tornem transparentes. De um lado o culto do voto, do parlamentarismo, das «liberdades» em abstracto, a não militância revolucionária, os apoios internacionais que se buscam e com que se acena e se especula, os modos, os comportamentos, a «oratória» inflamada, etc., etc. — enfim, um projecto burguês patente. Do outro o culto do aparelho, do cupulismo dogmático, da militância acrílica, da manipulação da linguagem estereotipada, a repulsa pelas experiências colectivas e pelas práticas de massa «não controladas», a importância dada à conquista de posições-chave em todos os sectores, a canina fidelidade ao M. F. A. — mito, etc., etc. — enfim a prefiguração de um projecto «estatizante» e dirigista onde a criatividade das massas não tem lugar.»

### M. F. A., crise económica e autoridade revolucionária

«E o M.F.A.? Qual a sua prática política? Simplificando bastante, diríamos que até ao 11 de Março foi difícil ao M. F. A. definir-se, pois a presença de spinolistas no seu seio constituía sério obstáculo à sua expressão clara como motor do processo revolucionário. Sucede, porém, que já então iam acesas as lutas partidárias. O M. F. A. viu-se obrigado a inserir-se permanentemente na lógica da divisão «vertical» do «povo» por partidos, o que nem sempre lhe permitiu, antes pelo contrário, evitar identificações que maculavam a sua imagem de isenção e suprapartidarismo. É certo que conservou sempre uma componente «populista», de onde sem dúvida terão partido as suas acções mais profundamente revolucionárias, mas isso apareceu sempre mais como um «romantismo» — característico de todas as revoluções, mas, também, sempre condenado, em última análise, pelas exigências duras da luta de classes.

«De tudo isto resulta, e talvez não pudesse ter sido de outro modo, que a prática política do M.F.A. apareceu frequentemente contraditória, agravado o facto pela criação (ao sabor do desenrolar do processo) de uma multiplicidade de centros de poder efectivo, em domínios parcelares mas parcialmente sobrepostos, cada um pautando a sua acção em função de estratégias partidárias ou por reacção a elas. Um mesmo responsável, por vezes, toma posições opostas conforme as circunstâncias: a imagem mesma de todas estas contradições tem sido dada pelo ministro da Comunicação Social, que chega ao ponto de dar uma entrevista a um jornal que uma semana antes classificara de antinacional (gravíssima acusação, ou não?) e pelo qual mais umas semanas antes manifestara pública consideração!

«Tal situação é, por várias razões, compreensível (não se disse já tantas vezes que a luta de classes passa pelo interior do M.F.A.?) e não seria dramática se tivéssemos todo o tempo à nossa frente. Mas não temos. Está também já mais que explicada a analisada a gradual degradação dos mecanismos econó-

micos, as enormes dificuldades de uma fase em que se busca destruir as relações capitalistas mas em que se está ainda longe do socialismo. Enfrentar simultaneamente problemas de desemprego, de falta de mercados, de reconversões necessárias, da balança de pagamentos, de boicotes encobertos ou declarados, de escassez de meios financeiros, etc., exige uma disciplina e uma contenção que a maioria dos portugueses ainda não conheceu desde o 25 de Abril. Impõe a adopção de medidas que só uma incontestada autoridade revolucionária tem o direito e o poder de tomar e aplicar.

«O M. F. A. apercebeu-se da situação, mas não conseguiu formular a resposta: O Plano de Acção Política constitui novo compromisso, no momento em que já era perigoso mais um compromisso. O M. F. A. confiou ainda nos partidos, confiou ainda numa equipa económica a que atribuiu competência, aplicação, convicção revolucionária. Mas o P. A. P. não podia fazer mais do que preparar nova crise política: de uma forma ou de outra, ela teria de surgir. Ai a temos, pois.

«Dir-se-á que, entretanto, o M. F. A. aprovou o «documento-guia» sobre o poder popular. É certo. Trata-se de uma apaixonante prefiguração do que poderá um dia ser uma sociedade socialista. É importante, mas a concretização de tal projecto passa, infelizmente, pelos próximos três ou quatro meses. E para ultrapassar estes teria sido indispensável que o M. F. A. fizesse publicamente uma profunda autocritica. Teria sido decisivo que pronunciasse publicamente uma severa acusação ao Partido Socialista por, em plena crise política, ameaçar com uma paralisação geral do País, e ao Partido Comunista por, no dia 4 de Julho, ter criado artificialmente um clima de tensão que quase denunciava uma guerra civil (porque ter medo das palavras?). Teria sido importante sacrificar algumas cabeças para reconstituir um prestígio que ele próprio considera abalado.

«Face a isto, o que pode um secretário de Estado da Indústria no caso vertente? Manter-se calmamente no seu lugar, dando a ideia tranquilizadora de que a indústria está bem entre-



João Martins Pereira: Enfrentar os actuais problemas impõe medidas que só uma incontestada autoridade revolucionária tem o direito de tomar e aplicar

que, admitindo que nele se continue a depositar confiança? Mas a indústria não está bem nem mal entregue. O problema, simplesmente, não é esse. A indústria «segura-se» no dia em que se «segura» a economia, e nesse dia «segura-se» o próprio processo revolucionário. Ora isso só é possível fazer-se politicamente, ao mais alto nível político, ao nível M. F. A. Só é possível fazer-se com uma clara afirmação de isenção revolucionária. De outra forma poder-se-á mesmo assim «segurar» a economia, mas talvez isso custe demasiado em termos revolucionários: será inevitável uma acção repressiva, tanto mais dura quanto mais dias passarem. Mesmo admitindo que um M. F. A., na ausência de outra alternativa, venha a trilhar esse caminho, serão então bem diminutas as hipóteses de vir a cumprir-se o programa revolucionário do «documento-guia». São grandes os riscos.

«Têm sido ditas tantas palavras, tantas têm sido as sábias análises, tantos os avisos, que, pela minha parte, não vejo que chegue o verbo para pronunciar o meu alerta e fazê-lo ouvir pelos homens do M. F. A.

«Aceito os meus riscos. Demito-me.

«Nota — O pedido de demissão foi feito no dia 14 de Julho. A decisão estava tomada algumas semanas antes, mas a sua gravidade impôs uma observação atenta dos acontecimentos posteriores à publicação do P. A. P.»

## APELO DO P. C. P. ERGUER UMA BARREIRA À CONTRA-REVOLUÇÃO

«URGE erguer uma poderosa barreira à contra-revolução. Urge deitar por terra a nova escalada da reacção», afirma a direcção da Organização Regional do Norte do Partido Comunista Português, num comunicado-apelo ontem distribuído e no qual, depois de se fazer uma análise às implicações das atitudes ultimamente assumidas pelo P.S., apela para as massas populares e todas

são Central do MDP/CDE pronunciou-se mais uma vez, ao princípio da madrugada de hoje, sobre a escalada reacção que se verifica em todo o País. Nesse comunicado afirma-se nomeadamente:

«Nos últimos dias, a reacção perdeu mais uma batalha, mas continua a guerra», precisa o comunicado do P. C. P., que prossegue nestes termos: «As reuniões clandestinas visando manipular os pequenos e médios comerciantes em acções subversivas de «lock-out»; as reuniões de vendedores de automóveis tentando o apoio dos trabalhadores das garagens para acções violentas; os maneios de reacção contra as comissões de trabalhadores e até de comissões de moradores; as acções forçando assembleias nas escolas com o fim descarado de reintegração de professores fascistas saneados; as distribuições às claras de propaganda nazi anónima; o recurso à bomba e incêndio de sedes, etc., patenteiam uma ampla, concertada e bem coordenada conjura reacção contra o M. F. A., o Conselho da Revolução e o Governo Provisório, cujo objectivo claro é o derubamento a curto prazo do actual sistema de Poder e a sua substituição por uma coligação reacção de direita.»

E depois: «É hoje evidente que a direcção do P. S. está directamente envolvida nesta escalada reacção. Um pouco por toda a parte se assiste à unidade do P. S. com o P. P. D. e o C. D. S. e até mesmo com forças declaradamente fascistas, unidade realizada na acção prática, depois de planeada em reuniões.»

Mais adiante, afirma o comunicado que o P. S. «encabeça a luta contra o processo revolucionário português» e denuncia-se os comícios anunciados para Braga e Porto como «autênticas concentrações regionais de todas as forças da oposição contra-revolucionária. Inclusive da mais negra reacção, autênticas reedições da «manifestação silenciosa».

**Reacção usa todas as armas**

Num comunicado sob o título «A revolução vencerá», a Comissão Distrital do Porto do M. D. P. / C. D. E., depois de se

apontarem os últimos casos de confrontação político-partidária, e não só — a manifestação de Aveiro, o congresso da C. I. P., o plenário dos construtores civis, a destruição das sedes do P. C. P. e da F. S. P. em Rio Maior, as ameaças de paralisação do País feitas por Mário Soares, etc. — denunciaram-se os laços «mais ou menos visíveis que ligam todas estas iniciativas da reacção».

O M. D. P. / C. D. E. alerta, a terminar, para a «necessidade da sua identificação junto das mais vastas camadas da população, que se pretende isolar e voltar contra o processo revolucionário português, de forma a tornar cada vez mais firme a aliança do povo com o M. F. A., que é a garantia da defesa das conquistas revolucionárias e da caminhada das massas populares para o socialismo».

### Trabalhadores das madeiras

Entretanto os trabalhadores das madeiras enviaram uma carta aberta ao dr. Mário Soares, secretário-geral do P. S., em que o criticam por ter ameaçado «paralisar o País» e lhe garantem que ele não paralisará coisa nenhuma, «a não ser o seu próprio partido, pois este é que o senhor está paralisando na medida em que o está marginalizando do processo revolucionário, da luta organizada dos trabalhadores (incluindo os trabalhadores socialistas) em defesa dos princípios em que assenta a nossa Revolução, em defesa das liberdades conquistadas na dura luta contra o fascismo e contra todos aqueles que desejam o seu regresso, a que o senhor em nome das suas liberdades está objectivamente aliado».

Noutra passagem, a carta aberta dirigida ao líder do P. S. critica-o por ele ter afirmado que estava para saber como tinham sido eleitos os membros da Assembleia do M. F. A., afirmando-se a certa altura: «Achamos muito estranho que o dr. Mário Soares não saiba como são escolhidas as pessoas que compõem a Assembleia do M. F. A., pois nós, trabalhadores, apesar de sermos analfabetos, sabemos perfeitamente que a Assembleia do M. F. A. é composta por homens que estão devotadamente ao serviço da Revolução, ao ser-

viço da Pátria, para que se construa nela uma sociedade Socialista que acabe com a exploração do homem pelo homem».

Também os trabalhadores das empresas do grupo C. U. F. acabam de tomar posição sobre os acontecimentos políticos deste mês, tendo aprovado os seguintes pontos no último conselho geral de trabalhadores: «Saudar o M. F. A. e manifestar o seu regozijo pelas decisões históricas tomadas na Assembleia de 8-7-75. Apoiar o Conselho Superior da Revolução na constituição de um Governo que corresponda às exigências do Processo Revolucionário e ao saneamento eficaz do aparelho de Estado. Apoiar o Conselho Superior da Revolução no sentido de que seja feito um solene aviso aos partidos políticos representados na Assembleia Constituinte (cujo funcionamento é pago pelo povo), de que não podem imiscuir-se em tarefas para que não foram eleitos, mas sim elaborar uma Constituição que possibilite o avanço para o Socialismo conforme ficou bem expresso no Pacto Constitucional assinado com o M. F. A., devendo a Assembleia Constituinte ser dissolvida se não souber cumprir a tarefa histórica que lhe cabe neste momento.

Por seu lado, os trabalhadores de Mague e da firma Luís Pedro Mendonça, no lugar de Anã, Santa Iria da Azóia, reunidos em plenário, aprovaram moções de apoio ao M. F. A. e ao Conselho da Revolução, repudiando todas as manobras reacçãoárias.

### Mário Soares em vez de Vasco Gonçalves

Entretanto, as bases e os órgãos distritais do Partido Socialista continuam a solidarizar-se com os dirigentes daquela formação política que acabam de deixar o Governo e algumas aproveitam para apontar soluções para a crise política. É o caso da Federação do Distrito de Vila Real, que, num telegrama enviado ao dr. Mário Soares, apoia a decisão que levou à saída dos ministros socialistas do Governo e aponta como alternativa para a presente crise o «poder socialista», um «Governo socialista» do dr. Mário Soares em primeiro-ministro».